

Ficha de unidade curricular

Curso de MESTRADO EM DIREITO E CIÊNCIA JURÍDICA

Unidade curricular

DIREITO PROCESSUAL CIVIL I

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular

Rui Pinto – 120 minutos semanais

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Não aplicável

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Aprofundar e desenvolver saberes sobre o Caso Julgado, no quadro da Teoria Geral do Direito Processual Civil, em ordem à aquisição de competências de aplicação crítica e criativa dos princípios e normas respetivas, tanto em ambiente teórico, como na vida prática.

Conteúdos programáticos

CASO JULGADO E AUTORIDADE DE CASO JULGADO

§ 1º Teoria geral do caso julgado

- 1.Noção
 - a. Noção; caso julgado positivo e negativo;
 - b. Função: estabilidade ordinária de uma decisão
 - c. Justificação constitucional
- 2. Efeito positivo do caso julgado
 - a. Vinculação das partes e do tribunal; caso julgado formal e caso julgado material
 - b. Âmbito do efeito positivo
 - i. Objeto
 - ii. Sujeitos
 - iii. Duração temporal: início (trânsito em julgado) e termo;
 - iv. (Continuação): modificação da sentença transitada em caso julgado; revogação da sentença transitada em julgado; ação de simples apreciação negativa
- 3. Efeito negativo do caso julgado (relações de identidade processual)
 - a. Exceção de caso julgado; justificação; a tríplice identidade; irrelevância dos factos complementares e das qualificações jurídicas; aferição concreta e efeitos da exceção



- b. Casos julgados contraditórios
- c. Distinção da autoridade de caso julgado (remissão).

§ 2º Autoridade de caso julgado

- 1. Delimitação
 - a. Noção
 - b. Requisitos
 - c. Justificação material; relações de não identidade processual; contraposição com a exceção de caso julgado
 - d. Efeitos da invocação da autoridade de caso julgado
- 2. Relações de prejudicialidade entre causas, em especial
 - a. Autoridade de caso julgado secundum eventum litis
 - b. Autoridade de caso julgado judicial
- 3. Relações de concurso entre causas, em especial
 - a. No caso julgado positivo
 - b. No caso julgado negativo
- 4. Autoridade de caso julgado entre decisões com valor de caso julgado formal?

§ 3º Conclusões

- 1. Natureza processual do caso julgado
- 2. Natureza material da autoridade de caso
- 3. Valor da sentença como título jurídico
- 4. Epílogo: caso julgado e autoridade de caso na arbitragem; Epílogo: caso julgado e autoridade de caso julgado nos incidentes da ação executivos.

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

As matérias escolhidas constituem os fundamentos e regimes mais relevantes da Teoria Geral do Processo Civil e do Caso Julgado em Portugal.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

- A) A matéria será lecionada em 2 AULAS SEMANAIS que decorrerão com as fases seguintes
 - 1. Fase da exposição teórica introdutória do Regente
 - 2. Fase da apresentação individual de Comentário Jurisprudencial sobre qualquer ponto da matéria
 - 3. Fase da apresentação dos Relatórios de Investigação
- B) O COMENTÁRIO JURISPRUDENCIAL consiste num trabalho individual de até 5 págs. úteis, a ser apresentado oralmente em 10 minutos, em aula, seguido de discussão. O aluno deverá enviar o



comentário por escrito para o correio eletrónico do regente no prazo de uma semana, após a apresentação oral

- C) O RELATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO consiste num trabalho individual sem limite de páginas, a ser apresentado oralmente em 20 minutos, em aula, seguido de discussão. O aluno deverá enviar o comentário por escrito para o correio eletrónico do regente no prazo de uma semana, após a apresentação oral
- D) A AVALIAÇÃO comporta os seguintes componentes, com as respetivas ponderações:
- ELEMENTO DE AVALIAÇÃO № 1 (20%): participação nas aulas
- ELEMENTO DE AVALIAÇÃO № 2 (30%): Comentário Jurisprudencial
- ELEMENTO DE AVALIAÇÃO Nº 3 (50%): Relatório de Investigação

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A metodologia adotada permite desenvolver o espírito crítico e a perceção dos principais problemas suscitados pela aplicação dos regimes legais no âmbito das matérias do programa.

Bibliografia principal

ELEMENTOS DE APOIO

- i. JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES: http://www.dgsi.pt
- ii. JURIPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTICA: http://curia.europa.eu/jcms/jcms/j 6/pagina-incial
- iii. LEGISLAÇÃO NACIONAL ACTUALIZADA: http://www.pqdlisboa.pt/pqdl/ + www.dre.pt
- iv. BLOGUE DO IPPC: http://blogippc.blogspot.pt/

BIBLIOGRAFIA

A. REFERÊNCIA

ALEXANDRE, Isabel, Modificação do caso julgado material civil por alteração das circunstâncias, 2012. CAPELO, Maria José, A sentença entre a autoridade e a prova. Em busca de traços distintivos do caso julgado civil, Coimbra, Almedina, 2015.

FREITAS, José Lebre de, *A Ação Declarativa Comum. À luz do Código de Processo Civil de 2013* ⁴, Gestlegal, 2017. _____, *Sobre o caso julgado formal*, Estudos em memória do Prof. J. L. Saldanha Sanches, vol. 2, 2011 FREITAS, José Lebre de / ALEXANDRE, Isabel, *Código de Processo Civil anotado* II ³, 2017, Coimbra, Almedina.

MARQUES, J. P. Remédio, *A acção declarativa à luz do Código revisto* ³, Coimbra, Coimbra Editora, 2011. MENDES, João de Castro, *Os limites objetivos do caso julgado*, 1968.

PINTO, Rui, Código de Processo Civil anotado II, Coimbra, Almedina, 2018.



SILVA, Paula Costa e, Injustiça intolerável e ruptura do caso julgado, Estudos em memória do Prof. J. L. Saldanha Sanches, vol. 2, 2011 SOUSA, Miguel Teixeira de, As partes, o objecto e a prova na acção declarativa, Lisboa, Lex, 1995. , Estudos sobre o novo processo civil, Lisboa, Lex, 1997. **B. COMPLEMENTAR** 1. Até ao Código de Processo Civil de 1939 CUNHA, Paulo, Do caso julgado em acções propostas contra incertos, O Direito 69 (1937). RIBEIRO, Hintze / VILHENA, Júlio, O caso julgado e os documentos particulares segundo o código civil portuguez, 1872. 2. Código de Processo Civil de 1939 REIS, José Alberto dos, *Código de Processo Civil anotado*, vol. I ³, 1948 (reimp. 1982), vol. II ³, s.d. (reimp. 1981), vol. III ⁴, 1950, vol. IV, 1951 (reimp. 1987), vol. V, 1952 (reimp. 1984) e vol. VI, 1953 (reimp. 1984), Coimbra, Coimbra Editora. Comentário ao Código de Processo Civil I 2, 1960, vol. II, 1945 e vol. III, 1946, Coimbra, Coimbra Editora, 1946. , Processos Especiais, Coimbra, Coimbra Editora, 1955/1956 (reimp. 1982) 3. Código de Processo Civil de 1961 ANDRADE, Manuel de, Noções Elementares de Processo Civil 5, Coimbra, Coimbra Editora, 1979. BASTOS, Jacinto Rodrigues, Notas ao Código de Processo Civil I 2 (Lisboa 1970), II 2 (Lisboa 1972), III (Lisboa 1972) e IV (Lisboa 1984) CARLOS, Adelino da Palma, Direito Processual Civil, Lisboa, 1970 , Linhas Gerais do Processo Civil Português ² , Lisboa, 1991 CASTRO, Artur Anselmo de, Direito Processual Civil Declaratório, Coimbra, 1981/1982. FREITAS, José Lebre de, Acção executiva e caso julgado, 1993_ MENDES, João de Castro, Caso julgado, poder judicial e constituição, RFDUL, vol. 26, 1985. _, Direito Processual Civil, Lisboa, AAFDL,1986/1987. SOARES, Fernando Luso, Processo Civil de Declaração, Coimbra, Almedina, 1985. TOMAZ, Helena, O caso julgado nas obrigações solidárias: sobre alguns aspectos da actuação judicial da solidariedade, 1994. VARELA, João de Matos Antunes / BEZERRA, Miguel / SAMPAIO E NORA, Manual de Processo Civil 2, Coimbra, Coimbra Editora, 1985. 4. Após a Reforma de 1995/1996 ALEXANDRE, Isabel, Factos Novos e Factos Supervenientes na Fase dos Recursos Cíveis, Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Lebre de Freitas, vol. I, Coimbra, 836 ss. As recentes reformas na acção executiva e nos recursos (coord. Rui Pinto), Coimbra, Coimbra Editora, 2010. BRITO, Teresa Quintela de, Uma perspectiva sobre a substituição processual legal e a eficácia subjectiva do caso julgado, Estudos em memória do professor doutor João de Castro Mendes, 1995. COELHO, Carla, A verdade material e a verdade processual: a caducidade do recurso extraordinário de revisão, 2011.

FREITAS, José Lebre de, Concentração da defesa e constituição de caso julgado em embargos de executado,

ENRIQUEZ, Sofia, Os limites subjectivos do caso julgado na lei de acção popular, 2002;

Estudos em homenagem a Cunha Rodrigues, vol. 2, 2001



_____, Estudos sobre Direito e Processo Civil, Coimbra, Coimbra Editora, 2010.

, Recurso extraordinário: recurso ou acção? As recentes reformas (coord. Rui Pinto), 19-25.

FREITAS, José Lebre de/SANTOS, Cristina Máximo dos, O processo civil na Constituição, Coimbra, 2008.

GERALDES, Abrantes, *Temas da reforma do processo civil*, vol.I ², 2006 (ed.1998), vol. II ⁴, 2004, vol. III ³, 2003, vol. IV ³, 2006, Coimbra, Almedina.

GONÇALVES, Mário Carvalho/FERNANDEZ, Elizabeth, Direito processual civil declarativo. A prática da teoria, Coimbra, Almedina, 2009.

LANCEIRO, Rui, A "erosão" dos princípios da autoridade do caso julgado e do caso decidido pelo Direito da União Europeia, Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Jorge Miranda, vol. 5, 2012.

LOURENÇO, Tânia, Limites temporais do caso julgado, 2013.

MANSO, Maria de Fátima, Os limites subjectivos do caso julgado na acção popular civil, 1996.

MÚRIAS, Pedro, A oponibilidade do caso julgado aos credores das partes, 1996.

PINTO, Rui, A Questão de Mérito na Tutela Cautelar. A Obrigação Genérica de não Ingerência e os Limites da Responsabilidade Civil, Coimbra Editora, 2009.

REBELO, Maria Alexandra O caso julgado nas accões de estado das pessoas, 1996.

REGO, Carlos F. O. Lopes do, *Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. I – *Art. 1º a art. 800º ²*, Coimbra, Almedina, 2004.

SAMPAIO, Flávia, Uma abordagem normativa acerca da desconsideração do caso julgado, 2007;

SILVA, Fernando, Caso julgado nos processos de jurisdição voluntária, 1996.

SILVA, Marta Pinto da, Efeitos da sentença e limites do caso julgado na acção de impugnação de deliberações dos sócios, 2002.

SILVA, Paula Costa e, *Acto e processo. O dogma da irrelevância da vontade na interpretação e nos vícios do acto postulativo*, Coimbra, Coimbra Editora, 2003.

_____, A natureza processual da tutela do terceiro adquirente de boa fé e a titulo oneroso: Excepção reconvenção e eficácia preclusiva do caso julgado, O Direito 141/1 (2009).

SILVA, Paula Costa e /REIS, Nuno, *Estabilidade e caso julgado no direito da obrigação de indemnizar*, Estudos em homenagem a Miguel Galvão Teles, vol. 2, 2012.

VARELA, José, Limites temporais do caso julgado em processo civil, 1996.

5. Após a Lei nº 41/2013, de 26 de junho ("novo" Código de Processo Civil)

ALMEIDA, F. M. L. Ferreira de, *Direito Processual Civil* ², Coimbra, 2015. AMARAL, Jorge Augusto Pais de, *Direito Processual Civil* ¹¹, Coimbra, 2014.

FARIA, Paulo Ramos de / LOUREIRO, Ana Luisa, $Primeiras Notas ao Novo Código de Processo Civil I^2$ e II, Coimbra, Almedina, 2014.

GERALDES, António Abrantes / PIMENTA, Paulo / SOUSA, Luís Filipe, *Código de Processo Civil anotado* I, Coimbra, Almedina, 2018.

PIMENTA, Paulo, Processo Civil Declarativo, Coimbra, 2014.

PINTO, Rui, O recurso civil. Uma teoria geral, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 2017.

_____, Novos estudos de processo civil, Lisboa, Petrony, 2017.

RODRIGUES, F. Pereira, Noções Fundamentais de Processo Civil, Coimbra, 2015.

XAVIER, Rita Lobo / FOLHADELA, Inês / CASTRO, G. Andrade e, *Elementos de Direito Processual Civil. Teoria Geral. Princípios. Pressupostos*, Porto, 2014.

C. ESTRANGEIRA

ANDREWS, English Civil Procedure. Fundamentals of the New Civil Justice System, 2003. AROCA, Montero / COLOMER, Gómez / VILAR, Barona / CUADRADO, Calderón, Derecho Jurisdiccional II ²¹, 2013. ATTARDI, Diritto processuale civile I ³, 1999.

BLOMEYER, Arwed, Zivilprozeβrecht. Erkenntnisverfahren ², 1985.



CADIET, Loïc / JEULAND, Emmanuel, Droit judiciaire privé 8, 2013. CAPONI, Remo / PISANI, Andrea Proto, Lineamenti di diritto processuale civile, 2001. Commentario breve al Codice di procedura civile, (dir. CARPI/TARUFFO; fund. CARPI / COLESANTI/TARUFFO) 4. COMOGLIO / FERRI / TARUFFO, Lezioni sul processo civile I 5, 2011. CONDE, Jimenéz / CALVÍN, Gemma / TOMÁS, Salvador, Manual de Derecho Procesal Civil II, 2014. CONSOLO, Claudio, Spiegazioni di diritto processuale civil III 2, 2012. COUCHEZ, Gérard, *Procédure civile* ¹⁴, 2006. COUCHEZ, Gérard /LANGLADE, Jean Pierre/LEBEAU, Daniel, *Procédure civil*, 1998. CROZE, Hervé / MOREL, Christian / FRADIN, Olivier, Procédure civile. Manuel pedagogique et pratique 3, 2005, FAZZALARI, Elio, e Istituzioni di diritto processuale 8, 1996. , Lezioni di diritto processuale civile I, 1995. FRICERO, Natalie, Procédure civile 4, 2006. GRUNSKY / JACOBY, Zivilprozessrecht 14, 2014. GUINCHARD, Serge et alia, Droit et pratique de la procédure civile 5, 2006. GUINCHARD, Serge et alia, Droit processuel. Droits fondamentaux du procès 8, 2015. GUINCHARD, Serge / FERRAND, Frédérique / CHAINAIS, Cécile, Procédure civile 4, 2015. GUINCHARD, Serge / FERRAND, Frédérique / CHAINAIS, Cécile, Procédure civile. Droit interne et droit de l'Union européenne 32, 2014. HARTMANN, Zivilprozessordnung: mit gerichtsverfassungsgesetz und anderen nebengesetzen (fund. BAUMBACH; cont. LAUTERBACH / ALBERS / HARTMANN) Bd. 1 74, 2016. HÉRON, Jacques / LE BARS, Thierry, Droit judiciaire privé ⁶, LGDJ, 2015. HILL / WOOD / FINE, A Practical Guide to Civil Litigation, 2005. JAUERNIG / HESSE, Zivilprozessrecht (fund. LENT) 30, 2011. JEULAND, Emmanuel, Droit processuel général 3, 2014, 513. JÚNIOR, Theodoro, Código de Processo Civil anotado 19, 2015. , Curso de direito processual civil I 55, 2014. JULIEN, Pierre / FRICERO, Natalie, Droit judiciaire prive 2, 2003. LARGUIER, Jean / CONTE, Philippe, Procédure civile. Droit judiciaire privé 19, 2005. LUGO, Andrea, Manuale di Diritto Processuale Civile 11, 1995 (reimp.). LUISO, Francesco, Diritto processuale civile II 7, 2013. Istituzioni di diritto processuale civile 2, 2006. LÜKE, Zivilprozessrecht I, 2003. , Zivilprozessrecht (fund. ARENS) 10, 2011. MANDRIOLI, Diritto processuale civile. II. Il processo ordinário di cognizione 22 (atual. CARRATTA), 2012. MANDRIOLI / CARRATTA, Corso di diritto processuale civile II 13, 2016. MARTÍNEZ, Aragoneses / SEGOVIA, Hinoja, Lecciones de Derecho Procesal Civil. Introducción, parte general, procesos declarativos ordinarios y sus especialidades, 2008. MAZZARELLA / TESORIERE, Corso di Diritto processuale civile 2, 2007. MICHALSKY, Zivilprozessrecht ², 2003. MICHELI, Corso di diritto processuale civile II, 1960. MONTELEONE, Girolamo, Diritto processuale civile 3, 2002. , Manuale di diritto processuale civile I 6, 2012. MUSIELAK, Grundkurs ZPO 11, 2012. MUSIELAK / VOIT, Kommentar zur Zivilprozessordnung: mit Gerichtsverfassungsgesetz 13, 2016. PERROT, Roger, Institutions judiciaires 13, 2008. PISANI, Andre Proto, Lezioni di Diritto Processuale Civile 5, 2006. RICCI, Gian Franco, Diritto processuale civile II 4, 2013. ROSENBERG, Leo, Lehrbuch des deutschen zivilprozessrechts 9, 1961. SATTA / PUNZI, Diritto processuale civile 13, 2000. SCHELLHAMMER, Zivilprozess 14, 2012. SCHILKEN, Zivilprozessrecht 7, 2014. SCHWAB, Zivilprozessrecht 14, 2012. SCHWAB / GOTTWALD, Zivilprozessrecht 17, 2010.

STAES, Olivier, Droit judiciaire privé, 2006.

VINCENT, Jean / GUINCHARD, Serge, Procédure civile 27, 2003.



Curricular unit sheet

Course of MESTRADO EM DIREITO E CIÊNCIA JURÍDICA

Curricular unit

DIREITO PROCESSUAL CIVIL I

Responsable Academic staff and respective workload in the curricular unit

Rui Carlos Gonçalves Pinto -110 minutes per week

Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

Unnecessary.

Learning outcomes of the curricular unit

Understanding the fundamental and legal frameworks of the Portuguese Civil Procedure, in general and of the Res Iudicata in special, in order to create in the student skills of critical application of the rules in both theoretical environment as in practical court life.

Syllabus (with correspondence with the reference bibliography)

CASO JULGADO E AUTORIDADE DE CASO JULGADO

§ 1º Teoria geral do caso julgado

- 4. Noção
 - a. Noção; caso julgado positivo e negativo;
 - b. Função: estabilidade ordinária de uma decisão
 - c. Justificação constitucional
- 5. Efeito positivo do caso julgado
 - a. Vinculação das partes e do tribunal; caso julgado formal e caso julgado material
 - b. Âmbito do efeito positivo
 - i. Obieto
 - ii. Sujeitos
 - iii. Duração temporal: início (trânsito em julgado) e termo;
 - iv. (Continuação): modificação da sentença transitada em caso julgado; revogação da sentença transitada em julgado; ação de simples apreciação negativa
- 6. Efeito negativo do caso julgado (relações de identidade processual)
 - d. Exceção de caso julgado; justificação; a tríplice identidade; irrelevância dos factos complementares e das qualificações jurídicas; aferição concreta e efeitos da exceção
 - e. Casos julgados contraditórios
 - f. Distinção da autoridade de caso julgado (remissão).

§ 2º Autoridade de caso julgado

- 5. Delimitação
 - a. Noção



- b. Requisitos
- c. Justificação material; relações de não identidade processual; contraposição com a exceção de caso julgado
- d. Efeitos da invocação da autoridade de caso julgado
- 6. Relações de prejudicialidade entre causas, em especial
 - a. Autoridade de caso julgado secundum eventum litis
 - b. Autoridade de caso julgado judicial
- 7. Relações de concurso entre causas, em especial
 - a. No caso julgado positivo
 - b. No caso julgado negativo
- 8. Autoridade de caso julgado entre decisões com valor de caso julgado formal?

§ 3º Conclusões

- 5. Natureza processual do caso julgado
- 6. Natureza material da autoridade de caso
- 7. Valor da sentença como título jurídico
- 8. Epílogo: caso julgado e autoridade de caso na arbitragem; Epílogo: caso julgado e autoridade de caso julgado nos incidentes da ação executivos.

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

The chosen matters the fundamentals of the Res Iudicata in the Portuguese Civil Procedure in Portugal and also some the most important aspects of the portuguese legal framework.

Teaching methodologies (including evaluation)

- A) The matters will be teached in 2 CLASSES per week, divided in 3 stages as follows
 - 1. Theoretical introduction to the problems, presented by the Teacher
 - 2. Presentation of an Analisys of A Court Decision by each student
 - 3. Presentation of the Investigation Report by each student
- B) The EVALUATION is composed of the following elements
- EVALUATION ELEMENT Nr 1 (20%): every work in classes.
- EVALUATION ELEMENT Nr 2 (30%): Analisys of A Court Decision
- EVALUATION ELEMENT Nr 3 (50%): Investigation Report



Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

The methodology allows to develop critical thinking and better perception of the main issues raised by the application of legal regimes within the subjects of the program.

Main Bibliography

ON LINE SUPPORTING ELEMENTS

i. JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES: http://www.dqsi.pt

ii. JURIPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA: http://curia.europa.eu/jcms/jcms/j_6/pagina-incial

iii. LEGISLAÇÃO NACIONAL ACTUALIZADA: http://www.pgdlisboa.pt/pgdl/ + www.dre.pt

iv. BLOGUE DO IPPC: http://blogippc.blogspot.pt/

BIBLIOGRAPHY

A. REFERENCE

ALEXANDRE, Isabel, Modificação do caso julgado material civil por alteração das circunstâncias, 2012.

CAPELO, Maria José, A sentença entre a autoridade e a prova. Em busca de traços distintivos do caso julgado civil, Coimbra, Almedina. 2015.

FREITAS, José Lebre de, *A Ação Declarativa Comum. À luz do Código de Processo Civil de 2013* ⁴, Gestlegal, 2017. _____, *Sobre o caso julgado formal*, Estudos em memória do Prof. J. L. Saldanha Sanches, vol. 2, 2011 FREITAS, José Lebre de / ALEXANDRE, Isabel, *Código de Processo Civil anotado* II ³, 2017, Coimbra, Almedina.

MARQUES, J. P. Remédio, *A acção declarativa à luz do Código revisto* ³, Coimbra, Coimbra Editora, 2011. MENDES, João de Castro, *Os limites objetivos do caso julgado*, 1968.

PINTO, Rui, Código de Processo Civil anotado II, Coimbra, Almedina, 2018.

SILVA, Paula Costa e, *Injustiça intolerável e ruptura do caso julgado*, Estudos em memória do Prof. J. L. Saldanha Sanches, vol. 2, 2011

SOUSA, Miguel Teixeira de, *As partes, o objecto e a prova na acção declarativa*, Lisboa, Lex, 1995. ______, *Estudos sobre o novo processo civil*, Lisboa, Lex, 1997.

B. ADDITIONAL

1. Before the Código de Processo Civil of 1939

CUNHA, Paulo, Do caso julgado em acções propostas contra incertos, O Direito 69 (1937).

RIBEIRO, Hintze / VILHENA, Júlio, O caso julgado e os documentos particulares segundo o código civil portuguez, 1872.

2. Código de Processo Civil of 1939

REIS, José Alberto dos, *Código de Processo Civil anotado*, vol. I ³, 1948 (reimp. 1982), vol. II ³, s.d. (reimp. 1981), vol. III ⁴, 1950, vol. IV, 1951 (reimp. 1987), vol. V, 1952 (reimp. 1984) e vol. VI, 1953 (reimp. 1984), Coimbra Editora.

, Comentário ao Código de Processo Civil I ², 1960, vol. II, 1945 e vol. III, 1946, Coimbra, Coimbra Editora, 1946.



, Processos Especiais, Coimbra, Coimbra Editora, 1955/1956 (reimp. 1982) 3. Código de Processo Civil of 1961 ANDRADE, Manuel de, Noções Elementares de Processo Civil 5, Coimbra, Coimbra Editora, 1979. BASTOS, Jacinto Rodrigues, Notas ao Código de Processo Civil I 2 (Lisboa 1970), II 2 (Lisboa 1972), III (Lisboa 1972) e IV (Lisboa 1984) CARLOS, Adelino da Palma, Direito Processual Civil, Lisboa, 1970 , Linhas Gerais do Processo Civil Português 2 , Lisboa, 1991 CASTRO, Artur Anselmo de, Direito Processual Civil Declaratório, Coimbra, 1981/1982. FREITAS, José Lebre de, Acção executiva e caso julgado, 1993_ MENDES, João de Castro, Caso julgado, poder judicial e constituição, RFDUL, vol. 26, 1985. , Direito Processual Civil, Lisboa, AAFDL,1986/1987. SOARES, Fernando Luso, Processo Civil de Declaração, Coimbra, Almedina, 1985. TOMAZ, Helena, O caso julgado nas obrigações solidárias : sobre alguns aspectos da actuação judicial da solidariedade, 1994. VARELA, João de Matos Antunes / BEZERRA, Miquel / SAMPAIO E NORA, Manual de Processo Civil 2, Coimbra, Coimbra Editora, 1985. 4. After the 1995/1996 Reform ALEXANDRE, Isabel, Factos Novos e Factos Supervenientes na Fase dos Recursos Cíveis, Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Lebre de Freitas, vol. I, Coimbra, 836 ss. As recentes reformas na acção executiva e nos recursos (coord. Rui Pinto), Coimbra, Coimbra Editora, 2010. BRITO, Teresa Quintela de, Uma perspectiva sobre a substituição processual legal e a eficácia subjectiva do caso julgado, Estudos em memória do professor doutor João de Castro Mendes, 1995. COELHO, Carla, A verdade material e a verdade processual: a caducidade do recurso extraordinário de revisão, 2011. ENRIQUEZ, Sofia, Os limites subjectivos do caso julgado na lei de acção popular, 2002; FREITAS, José Lebre de, Concentração da defesa e constituição de caso julgado em embargos de executado, Estudos em homenagem a Cunha Rodrigues, vol. 2, 2001 , Estudos sobre Direito e Processo Civil, Coimbra, Coimbra Editora, 2010. . Recurso extraordinário: recurso ou acção? As recentes reformas (coord. Rui Pinto), 19-25. FREITAS, José Lebre de/SANTOS, Cristina Máximo dos, O processo civil na Constituição, Coimbra, 2008. GERALDES, Abrantes, Temas da reforma do processo civil, vol. I 2, 2006 (ed.1998), vol. II 4, 2004, vol. III 3, 2003, vol. IV 3, 2006, Coimbra, Almedina. GONÇALVES, Mário Carvalho/FERNANDEZ, Elizabeth, Direito processual civil declarativo. A prática da teoria, Coimbra, Almedina, 2009. LANCEIRO, Rui, A "erosão" dos princípios da autoridade do caso julgado e do caso decidido pelo Direito da União Europeia, Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Jorge Miranda, vol. 5, 2012. LOURENÇO, Tânia, Limites temporais do caso julgado, 2013. MANSO, Maria de Fátima, Os limites subjectivos do caso julgado na acção popular civil, 1996. MÚRIAS, Pedro, A oponibilidade do caso julgado aos credores das partes, 1996. PINTO, Rui, A Questão de Mérito na Tutela Cautelar. A Obrigação Genérica de não Ingerência e os Limites da Responsabilidade Civil, Coimbra Editora, 2009. REBELO, Maria Alexandra O caso julgado nas acções de estado das pessoas, 1996.

SAMPAIO, Flávia, Uma abordagem normativa acerca da desconsideração do caso julgado, 2007;

SILVA, Fernando, Caso julgado nos processos de jurisdição voluntária, 1996.

REGO, Carlos F. O. Lopes do, Comentários ao Código de Processo Civil, vol. I - Art. 1º a art. 800º 2, Coimbra, Almedina,

SILVA, Marta Pinto da, Efeitos da sentença e limites do caso julgado na acção de impugnação de deliberações dos sócios,

2004.



2002.

SILVA, Paula Costa e, Acto e processo. O dogma da irrelevância da vontade na interpretação e nos vícios do acto postulativo, Coimbra, Coimbra Editora, 2003.

_____, A natureza processual da tutela do terceiro adquirente de boa fé e a titulo oneroso: Excepção reconvenção e eficácia preclusiva do caso julgado, O Direito 141/1 (2009).

SILVA, Paula Costa e /REIS, Nuno, *Estabilidade e caso julgado no direito da obrigação de indemnizar*, Estudos em homenagem a Miguel Galvão Teles, vol. 2, 2012.

VARELA, José, Limites temporais do caso julgado em processo civil, 1996.

5. After Lei nº 41/2013, of 26 june ("new" Código de Processo Civil)

ALMEIDA, F. M. L. Ferreira de, *Direito Processual Civil* ², Coimbra, 2015. AMARAL, Jorge Augusto Pais de, *Direito Processual Civil* ¹¹, Coimbra, 2014.

FARIA, Paulo Ramos de / LOUREIRO, Ana Luisa, $Primeiras Notas ao Novo Código de Processo Civil I^2$ e II, Coimbra, Almedina, 2014.

GERALDES, António Abrantes / PIMENTA, Paulo / SOUSA, Luís Filipe, Código de Processo Civil anotado I, Coimbra, Almedina, 2018.

PIMENTA, Paulo, Processo Civil Declarativo, Coimbra, 2014.

PINTO, Rui, O recurso civil. Uma teoria geral, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 2017.

, Novos estudos de processo civil, Lisboa, Petrony, 2017.

RODRIGUES, F. Pereira, Noções Fundamentais de Processo Civil, Coimbra, 2015.

XAVIER, Rita Lobo / FOLHADELA, Inês / CASTRO, G. Andrade e, *Elementos de Direito Processual Civil. Teoria Geral. Princípios. Pressupostos*, Porto, 2014.

C. FOREIGN

ANDREWS, English Civil Procedure. Fundamentals of the New Civil Justice System, 2003. AROCA, Montero / COLOMER, Gómez / VILAR, Barona / CUADRADO, Calderón, Derecho Jurisdiccional II 21 , 2013. ATTARDI, Diritto processuale civile I 3 , 1999.

BLOMEYER, Arwed, Zivilprozeβrecht. Erkenntnisverfahren ², 1985.

CADIET, Loïc / JEULAND, Emmanuel, Droit judiciaire privé 8, 2013.

CAPONI, Remo / PISANI, Andrea Proto, Lineamenti di diritto processuale civile, 2001.

Commentario breve al Codice di procedura civile, (dir. CARPI/TARUFFO; fund. CARPI / COLESANTI/TARUFFO) 4.

COMOGLIO / FERRI / TARUFFO, Lezioni sul processo civile I 5, 2011.

CONDE, Jimenéz / CALVÍN, Gemma / TOMÁS, Salvador, Manual de Derecho Procesal Civil II, 2014.

CONSOLO, Claudio, Spiegazioni di diritto processuale civil III ², 2012.

COUCHEZ, Gérard, Procédure civile 14, 2006.

COUCHEZ, Gérard /LANGLADE, Jean Pierre/LEBEAU, Daniel, Procédure civil, 1998.

CROZE, Hervé / MOREL, Christian / FRADIN, Olivier, Procédure civile. Manuel pedagogique et pratique 3, 2005,

FAZZALARI, Elio, e Istituzioni di diritto processuale 8, 1996.

____, Lezioni di diritto processuale civile I, 1995.

FRICERO, Natalie, Procédure civile 4, 2006.

GRUNSKY / JACOBY, Zivilprozessrecht 14, 2014.

GUINCHARD, Serge et alia, Droit et pratique de la procédure civile 5, 2006.

GUINCHARD, Serge et alia, Droit processuel. Droits fondamentaux du procès 8, 2015.

GUINCHARD, Serge / FERRAND, Frédérique / CHAINAIS, Cécile, *Procédure civile* ⁴, 2015.

GUINCHARD, Serge / FERRAND, Frédérique / CHAINAIS, Cécile, *Procédure civile. Droit interne et droit de l'Union européenne* ³², 2014.

HARTMANN, Zivilprozessordnung: mit gerichtsverfassungsgesetz und anderen nebengesetzen (fund. BAUMBACH; cont. LAUTERBACH / ALBERS / HARTMANN) Bd. 1 74 , 2016.

HÉRON, Jacques / LE BARS, Thierry, *Droit judiciaire privé* ⁶, LGDJ, 2015.

HILL / WOOD / FINE, A Practical Guide to Civil Litigation, 2005.



JAUERNIG / HESSE, Zivilprozessrecht (fund. LENT) 30, 2011. JEULAND, Emmanuel, Droit processuel général 3, 2014, 513. JÚNIOR, Theodoro, Código de Processo Civil anotado 19, 2015. , Curso de direito processual civil I 55, 2014. JULIEN, Pierre / FRICERO, Natalie, Droit judiciaire prive 2, 2003. LARGUIER, Jean / CONTE, Philippe, Procédure civile. Droit judiciaire privé 19, 2005. LUGO, Andrea, Manuale di Diritto Processuale Civile 11, 1995 (reimp.). LUISO, Francesco, Diritto processuale civile II 7, 2013. Istituzioni di diritto processuale civile ², 2006. LÜKE, Zivilprozessrecht I, 2003. , Zivilprozessrecht (fund. ARENS) 10, 2011. MANDRIOLI, Diritto processuale civile. II. Il processo ordinário di cognizione 22 (atual. CARRATTA), 2012. MANDRIOLI / CARRATTA, Corso di diritto processuale civile II 13 , 2016. MARTÍNEZ, Aragoneses / SEGOVIA, Hinoja, Lecciones de Derecho Procesal Civil. Introducción, parte general, procesos declarativos ordinarios y sus especialidades, 2008. MAZZARELLA / TESORIERE, Corso di Diritto processuale civile 2, 2007. MICHALSKY, Zivilprozessrecht 2, 2003. MICHELI, Corso di diritto processuale civile II, 1960. MONTELEONE, Girolamo, Diritto processuale civile 3, 2002. , Manuale di diritto processuale civile I 6, 2012. MUSIELAK, Grundkurs ZPO 11, 2012. MUSIELAK / VOIT, Kommentar zur Zivilprozessordnung: mit Gerichtsverfassungsgesetz 13, 2016. PERROT, Roger, Institutions judiciaires 13, 2008. PISANI, Andre Proto, Lezioni di Diritto Processuale Civile 5, 2006. RICCI, Gian Franco, Diritto processuale civile II 4, 2013.

SCHILKEN, Zivilprozessrecht ⁷, 2014. SCHWAB, Zivilprozessrecht ¹⁴, 2012. SCHWAB / GOTTWALD, Zivilprozessrecht ¹⁷, 2010.

SATTA / PUNZI, Diritto processuale civile 13, 2000.

STAES, Olivier, Droit judiciaire privé, 2006.

SCHELLHAMMER, Zivilprozess 14, 2012.

VINCENT, Jean / GUINCHARD, Serge, *Procédure* civile ²⁷, 2003.

ROSENBERG, Leo, Lehrbuch des deutschen zivilprozessrechts 9, 1961.